

CAPÍTULO 2

A CENTRALIDADE DA CIÊNCIA E EDUCAÇÃO: DAS FACULDADES ISOLADAS AOS PROJETOS PIONEIROS DE UNIVERSIDADES NO BRASIL (1889-1930)⁵⁵

Hugo Freitas de Melo⁵⁶

2.1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo examinar o processo de formação histórica das universidades no Brasil durante a Primeira República, com ênfase nas transformações políticas e culturais que alçaram ciência e educação à centralidade das agendas dos governos federal e estaduais, ao passo que contribuíram para a edificação das

55 Este trabalho é fruto de uma parte constitutiva da minha tese de doutorado, intitulada *O Dominium Universitário: grupos dirigentes e a sociogênese do espaço acadêmico-científico no Maranhão (1918-1970)*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade de São Paulo em agosto de 2021.

56 Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

bases estruturantes e de distribuição das instituições de ensino superior no país. Para tanto, toma-se como ponto de partida o surgimento das primeiras escolas superiores ainda no período imperial até a criação das universidades pioneiras no limiar do regime republicano.

Busca-se, com isso, lançar luzes sobre as relações entre o espaço de produção cultural e as estruturas de reprodução social, isto é, analisar as relações de força entre a esfera universitária e os modos de dominação política e simbólica. Nesse sentido, examina-se o nascimento das unidades de ensino superior inseridas num conjunto de ações do Império brasileiro preocupado com a formação de mão de obra especializada e com a defesa militar do território nacional. Em seguida, pontua-se a expansão das escolas superiores a partir do advento da República. Por fim, analisa-se a centralidade adquirida pela ciência e educação no debate público nacional face às disputas pela imposição dos modelos de institucionalização das universidades, bem como dos princípios de definição das lógicas de sua organicidade e funcionamento.

2.2 O NASCIMENTO IMPERIAL DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

De origem medieval e nascida por iniciativa da Igreja Católica Apostólica Romana, a universidade ganhou contornos e delineamentos diversificados de suas funções e atividades ao longo do tempo no mundo ocidental, ora como centro organizador e protetor da “cultura da humanidade”, ora como espaço de produção, ensino e disseminação de conhecimento científico, cujas tintas da modernidade lhe conferiram suas vestes institucionais e orgânicas atuais (CHARLE; VERGER, 1996).

Nessa perspectiva, faz-se necessário sublinhar que as universidades não representam uma única expressão acabada do ensino superior, mas sim uma de suas partes constitutivas. Adota-se aqui, portanto, o sentido de universidade expresso por Charle e Verger (1996, pp. 7-8), em seu clássico estudo sobre a *História das universidades*:

Se aceitarmos atribuir à palavra universidade o sentido relativamente preciso de “comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior”, parece claro que *tal instituição é uma criação específica da civilização ocidental*, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII. Esse modelo [...] perdurou até hoje e disseminou-se por toda Europa e, a partir do século XVI, sobretudo, dos séculos XIX e XX, por todos os continentes. Ele *tornou-se o elemento central dos sistemas de ensino superior e mesmo as instituições não universitárias situam-se, em certa medida, em relação a ele, em situação de complementaridade ou de concorrência mais ou menos notória*. (Grifo nosso)

Vale destacar a especificidade da universidade como uma “criação da civilização ocidental”, num marco histórico de grandes conflitos armados, (re)definições de territórios e disputas entre povos por hegemonia política, religiosa e cultural que polarizavam o mundo entre o Ocidente e o Oriente. A despeito disso, o nascimento da universidade contribuiu significativamente para a unificação e organização da cultura medieval ocidental (LE GOFF, 2018) em oposição às culturas dos povos não oci-

dentais, ao passo que, ao longo do século XIX, já com uma roupagem moderna e sob novas concepções de suas atribuições, também exerceu um importante papel no processo de formação e consolidação dos Estados nacionais (MENDONÇA, 2000, p. 132; CUNHA, 2007, p. 71).

Outro ponto a ser considerado é a centralidade adquirida pelas universidades no âmbito do ensino superior. Ainda que em alguns casos o êxito logrado não tenha ultrapassado a pena da lei ou tenha sido de efêmera existência, o exame sócio-histórico das modalidades de institucionalização das escolas superiores que precederam a criação das universidades propriamente ditas permite-nos analisar os condicionantes que possibilitaram seu surgimento tardio no Brasil, aferir as variações no grau de sua relativa autonomização e desnudar as lógicas de hierarquização de critérios sociais definidores do acesso aos seus postos dirigentes, aos seus quadros docentes e às vagas nos cursos ofertados.

De fato, esse modelo de universidade medieval, a reboque das forças dominantes, teve seus primeiros registros na América Latina apenas no século XVI,⁵⁷ contribuindo para o fortalecimento da colonização espanhola na região. Controladas por ordens religiosas e com foco no ensino de Teologia e Direito Canônico, “as universidades eram claramente fundações coloniais e missionárias” (CHARLE; VERGER, 1996, p. 42).

No Brasil, todavia, conflitos de interesses entre jesuítas e a Coroa portuguesa, bem como a centralização política e cultural que esta exercia são apontados pela literatura dedicada à história do ensino superior brasileiro como os principais entraves para a criação de uma universidade no período colonial. De acordo com esse eixo interpretativo, a política de controle da Metrópole visava impedir “qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da Colônia” (FÁVERO, 2006, p. 20), resultando no fortalecimento da Universidade de Coimbra e de outras universidades europeias como os principais destinos das elites brasileiras para a realização de seus estudos.

Com efeito, a Universidade de Coimbra foi “a universidade brasileira”, nela se graduando mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil, haja vista que “enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias – eram 26 ou 27 ao tempo da Independência [do Brasil] –, Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados às universidades da Metrópole: Coimbra e Évora”, constituindo-se a de Coimbra como a grande força unificadora de todo o império português (TEIXEIRA, 2005, pp. 137-138).

Dado o fato de que o imperador do Brasil era o rei de Portugal e, depois, seu filho D. Pedro II, a identificação cultural entre os dois países continuou durante o Império, “não se podendo, a rigor, fazer distinção formal entre as duas culturas senão depois da República” (*id.*, *ibid.*, p. 138). Tais condicionantes permitiram a Portugal a manutenção e a ampliação de sua dominação educacional e cultural na formação das elites brasileiras, estrutura estruturante do espaço intelectual brasileiro que vigorou até a criação das primeiras universidades no período republicano.

57 As mais antigas fundações de universidades na América Latina foram as de São Domingos (1538), a Universidade de São Marcos, em Lima, no Peru (1551) e a do México (1551).

Esse cenário configurou-se precisamente a partir do exílio da família imperial portuguesa no Brasil em 1808. As pioneiras instituições brasileiras voltadas especificamente à (re)produção do conhecimento “científico” datam da instalação da Coroa portuguesa, primeiro em Salvador e, depois, no Rio de Janeiro. Essas instituições possuíam um acentuado caráter técnico-profissionalizante⁵⁸ e não tinham a responsabilidade de formar quadros docentes. A fundação das escolas superiores, concentradas em alguns estados das regiões nordeste e sudeste, supriu essa lacuna, passando a responder pela formação educacional e cultural das elites “nativas”, direcionadas para a ocupação e reprodução das “profissões imperiais”,⁵⁹ conforme se pode verificar no Quadro 2.1.

Quadro 2.1 – Principais instituições de ensino superior no Brasil (1808-1889)

Escola Superior	Ano/Fundação	Cidade/Estado	Região
Escola de Cirurgia/Faculdade de Medicina	1808/1832	Salvador/BA	Nordeste
Escola de Anatomia e Cirurgia/Faculdade de Medicina	1808/1832	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
Academia de Marinha	1808	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
Academia Real Militar/ Escola Politécnica	1810/1874	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios/ Academia Imperial de Belas Artes	1816/1822	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
Museu Real Nacional/ Museu Nacional	1818/1822	Rio de Janeiro/RJ	Sudeste
Faculdade de Direito	1827	São Paulo/SP	Sudeste
Faculdade de Direito	1827	Olinda/PE	Nordeste
Faculdade de Farmácia	1839	Ouro Preto/MG	Sudeste
Escola de Minas	1875	Ouro Preto/MG	Sudeste

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados coletados na pesquisa.

No Nordeste, foram criadas a Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira escola de ensino superior do Brasil – fundada em 1808 com o nome de Escola de Cirurgia da Bahia, transformando-se em 1813 na Academia Médico-Cirúrgica, até adquirir esse

58 As mais antigas instituições científicas do país surgem no final do período colonial, com a criação do Jardim Botânico (1808) e do Museu Nacional (1818), no Rio de Janeiro. Já no início do regime republicano, foram fundados o Instituto Manguinhos (1900) e o Instituto Butantã (1901), em São Paulo.

59 Por serem as formações de Medicina, Direito e Engenharia as pioneiras no país, com maior índice de recrutamento para a composição de quadros técnicos e gozando de significativo prestígio junto à corte dos imperadores Pedro I e Pedro II, foram batizadas de “profissões imperiais”, sendo até os dias atuais os cursos mais concorridos nos exames de admissão para o ensino superior em todo o país e os de maior concentração de frações das elites brasileiras. Sobre sua gênese e relevância social durante o período imperial brasileiro, cf. Coelho (1999).

formato em 1832 – e a Faculdade de Direito em Olinda (1827),⁶⁰ fundada já no início do Primeiro Reinado. Ainda na Bahia, foram criados outros cursos isolados, porém de nível técnico, como economia (1808), agricultura (1812), química (1817) e desenho técnico (1817), evidenciando a necessidade de uma infraestrutura e de formação de recursos humanos especializados que garantissem o funcionamento da Coroa na Colônia (MENDONÇA, 2000, p. 134).

Com a mudança da sede administrativa da Corte Real para o Rio de Janeiro, houve um aumento da preocupação com a defesa militar da Colônia, transformada em Reino Unido de Portugal. As instituições criadas a partir de então, por ordem de D. João VI refletem essa perspectiva de unir ensino técnico e formação militar. Assim, são fundadas no Rio a Academia de Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810) que abrigava a Escola de Engenharia, para a formação de oficiais e de engenheiros civis e militares. Criaram-se, ainda, cursos de anatomia e cirurgia para atuação no Hospital Militar, cuja fusão deu origem à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – fundada ainda em 1808 como Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, transformada em Academia Médico-Cirúrgica em 1813 e passando a esse formato institucional em 1832.

Além da preocupação com a defesa militar e com a formação de quadros técnicos, a Coroa portuguesa também se ocupou com o fomento à produção de bens simbólicos que desenvolvessem as artes, a ciência e a intelectualidade nacional, integrando-as à formação cultural das elites. Datam desse período a fundação da Real Biblioteca Nacional (1810), do Museu Real Nacional (1818) e da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816),⁶¹ no Rio de Janeiro. Em São Paulo, criou-se a Faculdade de Direito (1827) que, junto com a de Olinda, fundada no mesmo ano, constituíram-se nas escolas precursoras do ensino jurídico de nível superior no Brasil.

Segundo Cunha (2007, p. 64), foram os cursos de Direito que mais cumpriram essa função de produção de bens simbólicos, “pois os bacharéis tinham, na atividade cotidiana de elaborar, discutir e interpretar as leis, a tarefa principal de formular e renovar as ideologias que legitimavam as relações de dominação mantidas e dissimuladas

60 Fundada em 1827 em Olinda, a Faculdade de Direito é transferida para Recife em 1854. Apesar do objetivo das escolas jurídicas de responderem à “necessidade de conformar quadros autônomos de atuação e de criar uma intelligentsia local apta a enfrentar os problemas específicos da nação” por meio da substituição da hegemonia europeia pela “criação de estabelecimentos de ensino de porte que se responsabilizariam pelo desenvolvimento de um pensamento próprio” (SCHWARCZ, 2016, p. 185-186), o que se viu durante todo o período imperial foi a manutenção da hegemonia cultural lusitana reproduzida pelas próprias escolas jurídicas. “Olinda representou para os cursos jurídicos do Brasil a penetração direta das velhas ideias portuguesas. [...] Tudo vinha de Portugal: os costumes, a maioria dos professores e mesmo parte dos alunos. [...] Em Olinda, tudo se assemelhava à metrópole portuguesa que se buscava combater. A estrutura do curso era idêntica à da escola de Coimbra” (id., *ibid.*, p. 189).

61 Renomeada em 1819 para Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, essa instituição reunia todos esses cursos e se tornou o principal elemento difusor das artes no país. Posteriormente, com a Independência do Brasil em 1822, foi rebatizada para Academia Imperial de Belas Artes.

pelo aparato jurídico”. Daí compreende-se, nas palavras de Schwarcz (2016, p. 186), a conversão do bacharel no “grande intelectual da sociedade, sinônimo de prestígio social e marca de poder político”.

Desse modo, o ensino superior criado no Brasil a partir de 1808 foi estruturado por meio da modalidade institucional das escolas livres e isoladas, isto é, de natureza privada, com administração própria e pagamento de mensalidades, de forte caráter técnico-profissionalizante, com ênfase na formação militar e sob o signo do Estado Nacional (CUNHA, 2007, p. 71), permanecendo praticamente inalterado durante todo o período imperial. A criação da Escola Politécnica (1874), no Rio de Janeiro, que reuniu os cursos oriundos da Academia Real Militar, e da fundação da Faculdade de Farmácia (1839) e da Escola de Minas, em Ouro Preto (1875), são os registros mais significativos de novas escolas superiores surgidas nesse período, porém não o suficiente para produzir mudanças substanciais em sua estrutura e organicidade.

Pode-se assinalar, portanto, sem sombra de dúvidas, que a inflexão do polo de desenvolvimento educacional e cultural do Nordeste para o Sudeste, ancorado nos efeitos da mudança da sede administrativa da Coroa portuguesa da Bahia para o Rio de Janeiro, contribuiu para que a própria noção de “nacional” fosse esculpida a partir da escolarização das elites desta região. Isso se reflete, por exemplo, na ampla produção artística, literária e científica que começa a germinar no Rio e em São Paulo nesse período, fazendo com que estes estados despontassem e disputassem entre si a hegemonia política e cultural do país, adquirindo então uma centralidade que colocava as demais regiões a reboque de suas vanguardas.

2.3 A EXPANSÃO REPUBLICANA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Com o advento da República, houve um crescimento do número de escolas superiores no Brasil. De acordo com Teixeira (2005, p. 195), “entre 1889 e 1918, 56 novos estabelecimentos de ensino superior, na sua maioria privados, são criados no País, os quais, somados aos 14 existentes no fim do Império, elevam o número total a 70”.

A iniciativa privada do período, porta-voz do pensamento liberal republicano que concebia a educação como competência da sociedade e não do Estado, era representada sobretudo pelas elites agrárias e confessionais. Estas enxergavam na criação de escolas superiores livres – resguardadas pela Constituição de 1891, a primeira Carta Magna a estabelecer os fundamentos legais da oferta de serviços educacionais privados de nível superior no país –, um mecanismo de expansão de sua dominação política e econômica para os setores da educação e da cultura, tidos como estratégicos face à redução da função pública do Estado a regulador da atividade privada (*id.*, *ibid.*). Mas também viam um modo de reprodução de seus esquemas de pensamento e de visões e di-visões de mundo (BOURDIEU, 1989), observados a partir de seus privilégios de classes dominantes, impondo-se ao processo de definição dos princípios e das leis de funcionamento do ensino superior brasileiro.

Vale frisar que a Constituição de 1891, fundamento jurídico da recém-instaurada República, estipulava a oferta e o gerenciamento do ensino superior como atribuição do Poder Central, porém permitindo a criação de escolas superiores privadas. Sob forte influência do positivismo, a política educacional dessa faixa de ensino sofreu inúmeras modificações solapadas pela promulgação de diferentes dispositivos jurídicos que visavam a sua regulamentação. Entre esses, destaca-se a Reforma Rivadávia Corrêa, de 1911, que disciplinou o ensino livre, possibilitando o surgimento das primeiras universidades adstritas a iniciativas isoladas e privadas de grupos políticos oligárquicos que também dominavam a esfera cultural de seus respectivos estados.⁶²

É nesse contexto que surgem a Faculdade de Direito do Maranhão, a primeira escola superior do estado, fundada em 1918, e a Faculdade de Farmácia, criada em 1922, à qual se somou o curso de Odontologia, dando origem à Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão (1925), ambas livres e de direito privado (MEIRELES, 1994, pp. 63-64). Até a entrada da Igreja nessa seara educacional na década de 1950, elas serão as duas únicas escolas superiores do Maranhão.

2.4 PRINCÍPIOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA E A CENTRALIDADE DA CIÊNCIA E EDUCAÇÃO NA AGENDA PÚBLICA

Se em países como França, Alemanha e Estados Unidos – em que pesem as diferenças e peculiaridades históricas de cada um no tocante ao modelo de universidade adotado –, a organicidade universitária estava bem avançada no final do século XIX, no Brasil apenas no segundo decênio do século XX é que há interesse e esforços mais pujantes do governo central sobre os rumos desta modalidade institucional de ensino superior. Usufruindo da prerrogativa constitucional, o governo republicano elaborou a proposta de criação de uma universidade na então capital federal que se tornasse referência para todo o país. Assim, a reforma educacional proposta por Carlos Maximiliano, em 1915, estabelecia a reunião entre as escolas Politécnica, de Medicina e da Faculdade Livre de Direito, que daria origem, apenas em 1920, à primeira universidade pública de iniciativa do governo republicano: a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Todavia, a URJ teve pouco êxito e curta existência.

Apesar disso, a partir da década de 1920, com o surgimento das universidades no país, os debates públicos no âmbito da educação e ciência começam a centrar-se sobre as concepções e as funções modernas da instituição universitária. Às universidades foi conferida a responsabilidade pela formação profissional dos professores em todos os níveis, com o crescimento em importância da necessidade de criação de um sistema nacional de educação que interligasse os ensinos primário, secundário e superior, tendo como protagonistas agentes do governo central (ministros, parlamentares, intelectuais empregados no funcionalismo público) em disputa com autoridades da Igreja Católica (bispos e arcebispos) de feição conservador.

⁶² As três universidades criadas nesse período, de natureza privada, são a Universidade Livre de Manaus, fundada em 1909 (primeira universidade surgida no Brasil e atual Universidade Federal do Amazonas), a Universidade do Paraná (1912) e a Universidade de Minas Gerais (1927).

Com efeito, duas correntes protagonizaram e polarizaram essas discussões em torno da ciência e das universidades: de um lado, uma elite intelectual laica que defendia a universidade pública, academicamente autônoma e politicamente independente das demandas do Estado e da Igreja, obtendo destaque figuras centrais como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Roquete Pinto e Júlio de Mesquita Filho. Do outro lado, uma elite intelectual católica que defendia a inserção de conteúdos religiosos no ensino superior, a presença de sacerdotes nos quadros docentes e uma maior participação de membros da Igreja nos postos dirigentes das universidades então existentes, tendo em Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima seus maiores expoentes (SCHWARTZMAN, 1984, 2015).

Os investimentos e intervenções nos assuntos educacionais e culturais do país por parte, a priori, de agentes estatais e, posteriormente, eclesiais e, também, militares (estes com menor ressonância em termos de criação de instituições de ensino), cada qual a seu modo e em defesa dos interesses particulares dos coletivos que representavam, logravam manter e expandir suas respectivas zonas de poder e influência, disseminação de suas crenças, doutrinas e ideologias sobre setores angulares de uma sociedade enredada em vulcânicas transformações históricas, econômicas, políticas e sociais em fins da Primeira República, na qual a preocupação com a cultura, a educação e a ciência irromperam como imperativos concebidos enquanto peças-chave de propulsão para o “desenvolvimento da nação” (MENDONÇA, 2000; FÁVERO, 2006).

Nessa esteira, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por processos de modernização, industrialização, pelo aumento populacional das cidades – subproduto das grandes levas de migrantes saindo do campo e do fluxo imigratório de populações fugindo do nazifascismo europeu e do velho continente em guerra –, e pela intensa urbanização das regiões citadinas. A resultante dessas dinâmicas econômicas e demográficas impulsionou o surgimento de movimentos de renovação política e cultural que desembocariam na Revolução de 1930⁶³ e determinariam o fim da denominada “República Velha”. São exemplos sintomáticos desse período o movimento tenentista,⁶⁴ a criação do Partido Comunista (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação da Academia Brasileira de Ciências (1922) e da Associação Brasileira de Educação (1924).

Vale dizer que a Academia Brasileira de Ciências, sobretudo a Associação Brasileira de Educação,⁶⁵ além de fomentarem os debates sobre políticas públicas voltadas ao

63 Cf. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

64 O Movimento Tenentista teve impacto decisivo no cenário cultural paulista dos anos 1930. A elite empresarial e cultural paulista, reunida em torno do jornal *O Estado de S.Paulo*, após a derrota na luta armada que alçou Getúlio Vargas ao comando do país, encabeçou os projetos de criação da Escola de Sociologia de São Paulo (1933) e da Universidade de São Paulo (1934) como estratégia para a retomada do prestígio perdido e para se estabelecer nos debates nacionais por meio da educação e da cultura. Sobre este assunto, cf. Cardoso (1982), Limongi (2001) e Miceli (2001).

65 De acordo com Schwartzman (2015, p. 192-193), a Academia Brasileira de Ciências exerceu um papel apenas de incentivadora da ciência, contribuindo muito mais para promovê-la do que para concretizá-la, já que não financiava nem subsidiava programas de pesquisa. Em contrapartida, a Associação Brasileira de Educação patrocinou inúmeras atividades científicas, incluindo cursos de extensão e

ensino superior e à ciência por meio da promoção de eventos, de inquéritos sobre a instrução pública e da divulgação científica – baseados nos princípios da liberdade individual de pensamento, da criatividade e da originalidade, em oposição à educação formal tradicional na qual prevalecia a memorização de conteúdos –, funcionavam também como as principais instâncias catalizadoras de mobilização, socialização e atuação dos intelectuais envolvidos na discussão dos projetos referentes à montagem do sistema universitário brasileiro (SCHWARTZMAN, 2015, p. 192).

No bojo desse quadro de efervescência política e cultural, houve ainda uma crescente reivindicação de participação política nos rumos do país por parte da emergência de frações sociais de uma classe média urbana, escolarizada, prole da burguesia industrial e constitutiva dos “ramos pobres” das oligarquias estaduais em “declínio” (MICELI, 2012, p. 82), em vias de recomposição de seu poder político regional (FAUSTO, 1997; SCHWARTZMAN, 1984). Foram os membros dessas camadas sociais que tiveram acesso aos cursos superiores e às “profissões intelectuais” então disponíveis (escritores, jornalistas, professores da rede escolar de ensino) e, posteriormente, ascenderam às posições elevadas na hierarquia de postos face à expansão da estrutura burocrática estatal.

Cerrando em suas fileiras iniciais, professores recrutados junto às elites intelectuais oriundas, grosso modo, dessas “famílias tradicionais em declínio” reunidas em instituições escolares isoladas e em agremiações literárias responsáveis pelo oficialato das letras no país (Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Nacional etc.), a universidade materializou em torno de si as chances de prestígio e reconhecimento, num momento em que imperava a baixa especialização e pouca autonomia do *dominium*⁶⁶ acadêmico-científico.

Grande parte dos intelectuais consagrados (do quilate de Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, Gilberto Freyre, entre outros) orbitavam a esfera do poder político utilizando-se da ocupação de postos elevados no funcionalismo público, em instituições culturais e nos partidos políticos, constitutivos de um mercado central de postos públicos oriundo das transformações operadas no processo de divisão do trabalho intelectual no Brasil a partir da década de 1930 (MICELI, 2012, p. 199). Com isso, o próprio prestígio e a legitimidade social obtidos pela nascente universidade brasileira parecem ser também denegatórios da consagração social de seus próceres mais destacados, realçando as relações amalgamadas entre as esferas da política e da cultura como estruturas estruturantes

projetos de pesquisa, tendo assim assumido maior protagonismo nos debates públicos travados no fim da década de 1920.

66 Conceito erigido no diálogo crítico entre a sociologia dos campos sociais, de Pierre Bourdieu, a sociologia das estruturas de dominação, de Max Weber, e a sociologia da interdependência, de Norbert Elias, para a compreensão das dinâmicas sociais e configurações de poder inerentes a contextos periféricos, marcados inequivocamente por processos mais frágeis de autonomização dos espaços sociais de especialização, com maior grau de heteronomia e menor heterogeneidade dos perfis sociais dominantes no tocante ao processo de diferenciação das atividades intelectuais em função dos países centrais da Europa e da América do Norte, cujas estruturas e instituições gozam de maior estabilidade e autonomia.

da instituição universitária, bem como revelando a fluidez e porosidade das fronteiras destes *dominium* de atuação e, conseqüentemente, pondo em questão seu relativo grau de autonomização.

Enredada por esses condicionantes, pelo ideal modernizador disseminado com o avanço técnico e tecnológico experimentado no período e pela forte ideologia nacional-desenvolvimentista que atravessava o Atlântico e o Pacífico, a centralização política autoritária da “Era Vargas” colocou sob a chancela do Estado brasileiro a expansão e consolidação do sistema de ensino por meio do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), ao mesmo tempo que promoveu as artes, a literatura, a poesia, a pintura, a escultura, em suma, a “cultura nacional”. Nessa seara de atuação do ministério, o governo Vargas buscou por intermédio das expressões educacionais e culturais, a feitura da moldura de uma “identidade nacional”, em competição com correntes político-ideológicas, sobretudo do mecenato cultural paulista, que disputavam sua definição e significado (SCHWARTZMAN, 2015), sob o matiz de cores e símbolos representativos dos ideais do novo regime (CARVALHO, 2017).

As universidades foram se expandindo como um espaço legítimo da atividade intelectual por excelência, catalizadora e disseminadora da cultura científica e das competências e atributos intelectuais. O governo autoritário de Getúlio Vargas, cujas premissas enfatizavam “a atribuição de um papel central ao Estado na criação de um sistema nacional de educação” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 188), em contraposição ao pensamento liberal predominante durante toda a Primeira República, concedeu a essas universidades a condição estruturante de se estabelecerem como um *dominium* acadêmico-científico institucionalizado, especializado e profissionalizado, socialmente reconhecido e garantidor de reconhecimento, prestigiado e certificador de prestígio por meio da concessão de diplomas universitários chancelados pelo Estado (BOURDIEU, 1989, pp. 101-103).

Com a criação do Ministério da Educação e a elevação de Gustavo Capanema ao comando da pasta (1934-1945), as discussões sobre educação, ciência e cultura, bem como a sistematização do ensino superior no Brasil adquiriram um caráter de maior envergadura e centralidade, passando a um patamar de prioridade nacional. Ainda que possivelmente tais temas não ocupassem o cotidiano de preocupações pessoais de Vargas (SCHWARTZMAN, 1984, p. 49), esse suposto desinteresse do governante conferiu maior liberdade de ação à Capanema à testa da pasta, por meio da qual pôde estreitar e manter suas relações com a Igreja para garantir seu apoio político e ideológico e tocar em frente o ideal de modernização da nação, caracterizado pelo “esforço de mobilização da opinião pública, pelo confronto entre diferentes projetos de *construção/reconstrução da nacionalidade*” e de inculcação do “ideário modernizante nacionalista junto à juventude” (MENDONÇA, 2000, p. 136).

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme evidenciado ao longo de seu percurso histórico, as universidades brasileiras nascem a partir do advento do regime republicano elevando ciência e educação ao patamar de centralidade nos debates públicos e na política nacional. Tal enverga-

dura ancora-se na distinção entre o Império e a República sobre as concepções e funções do ensino superior. As primeiras escolas superiores emergem com o manto imperial, de natureza privada e administração própria, tendo como substrato a formação de mão de obra especializada de caráter técnico-profissionalizante para atender sobretudo as demandas por serviços jurídicos e de saúde, além da necessidade de defesa do território nacional. Por sua vez, as instituições republicanas de ensino superior cerravam suas preocupações com a formação cultural e educacional da população brasileira voltadas para o exercício dos cargos públicos e para a constituição de quadros de professores, especialmente do ensino médio.

Vale sublinhar, no entanto, que apesar da expansão das escolas superiores durante a Primeira República e de sua natureza majoritariamente pública, foram as frações sociais dominantes que tiveram acesso inicial privilegiado à formação universitária intelectual e profissional. Essa escolarização das elites brasileiras visava a ocupação da estrutura de postos do poder estatal face à ampliação da máquina administrativa republicana, ao passo que consolidava os investimentos públicos e privados em ciência, educação e cultura como as forças motrizes para a “modernização” do Brasil.

Com efeito, foram os membros das classes socialmente dominantes, expoentes e difusores do pensamento liberal, do positivismo e do conservadorismo católico no país, quem polarizaram as discussões sobre as concepções de ciência e educação e disputaram o novo filão de cargos e postos disponíveis na estrutura político-administrativa que se abriu com a criação das universidades, *pari passu* com a ampliação da estrutura de poder do Estado republicano. Isso fez com que as lutas de forças se travassem não mais apenas em torno das posições de poder político, mas também no novo eixo de gravitação de poder simbólico, o poder intelectual das universidades.

Nesses termos assevera-se, em última análise, uma correspondência entre o espaço de atuação intelectual e o espaço do poder, isto é, uma relação de forças interdependentes entre a estrutura de produção de bens culturais (científicos, educacionais etc.) e a estrutura de reprodução dos modos de dominação política e simbólica, característica fulcral que impulsionou o processo de montagem do aparato institucional universitário, bem como acirrou as disputas pela imposição das lógicas de definição e de funcionamento do sistema de ensino superior brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État: grandes écoles et sprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.
- CARDOSO, Irene. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CHARLE, Chri tophe ; VERGER, Jacques. *História das universidades*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1996.

- COELHO, Edmundo C. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: *Revista Educar*. Curitiba, n. 28, 2006, p. 17-36.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.
- LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Sumaré, 2001.
- MEIRELES, Mário M. *Dez estudos históricos*. Coleção Documentos Maranhenses. São Luís: Alumar Cultura, 1994.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 14, maio/ago. 2000, p. 131-150.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MICELI, Sergio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Sumaré, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. 14. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Tempos de Capanema*. Coleção Estudos Brasileiros, vol. 81. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. 4. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015.
- TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Coleção Anísio Teixeira; vol. 10. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.